

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO – CT/SIOPS.

Às 9h e 30 minutos do dia 02 de fevereiro de 2010, na sala 216 (Sala Multiuso), localizada no Anexo do Ministério da Saúde – Bloco B, 2º andar, reuniram-se os membros da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos de Saúde – CT/SIOPS (lista de presença anexa), sob a coordenação do Senhor Elias Jorge, Diretor do Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento (DESD).

Procedeu-se a entrega do material de apoio aos presentes, composto de: a) pauta da 54ª reunião da CT/SIOPS; b) cópia da minuta da ata da quinquagésima terceira reunião da CT/SIOPS; c) proposta de melhoria na qualidade dos dados do SIOPS; e) minuta da nota técnica da análise preliminar do balanço geral dos estados 2008; f) quadro situacional de entrega dos anos de 2000 a 2009, referente à alimentação do SIOPS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Aberto o ponto de pauta da discussão e aprovação da ata da 53ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS, a representante do Conselho Federal de Contabilidade, Sra. Doracy, sugeriu que fosse retirado da oitava linha do primeiro parágrafo da seção II o pronome **que**. Solicitou a alteração da palavra **Nacional** por **Federal** na linha quatro do sétimo parágrafo dessa mesma seção. Por último, recomendou que fosse acrescentado o artigo **a** depois da palavra **mudar** na última linha do segundo parágrafo da seção IV. O representante do Ministério Público, Sr. Oswaldo Silva, solicitou a alteração da expressão “**tentativa de manipulação**” por “**rejeição à proposta**” na linha um do quinto parágrafo. O representante da STN, Sr. Alex Fariani Teixeira, solicitou a substituição do termo **contábeis** por **fiscais** na linha dois do primeiro parágrafo da seção IV.

A ata foi aprovada à unanimidade, dispensada a leitura do restante do documento, face ao conhecimento prévio de seus termos.

Ponto de Pauta: Informes iniciais.

Com a palavra, o diretor do DESD, Sr. Elias Jorge, discorreu brevemente acerca da proposta de exclusão do item saneamento na planilha do SIOPS e das alterações referentes aos Fundos Municipais e Estaduais de Saúde e aos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde com o objetivo de melhorar a qualidade dos dados.

Lembrou que foram apresentados três trabalhos com os dados do SIOPS no último Congresso Latino Americano e Caribe de Economia da Saúde, realizado, no Chile, em janeiro de 2010. O diretor do DESD discorreu brevemente acerca da situação do sistema de saúde em alguns países da América do Sul. Segundo ele, o sistema de saúde do Uruguai vem evoluindo, através da ampliação da cobertura de assistência à saúde. Antigamente, apenas os filhos eram cobertos pelo sistema. O governo eleito do Chile apresentou uma proposta bastante liberal no sentido de uma lógica de seguro. Segundo o diretor do DESD, o grau de insegurança, no caso do Chile, é dramático. Já a Colômbia apresentou uma espécie de cesta básica da saúde para a sua população. Ademais, a conferência sobre o sistema universal de saúde e seguridade, idéia criada após o fórum social mundial, em 2004, foi adiada para dezembro de 2010.

De acordo com o Sr. Elias Jorge, a Emenda Constitucional 29/00, em tramitação no Congresso Nacional, não deve ser aprovada esse ano, tendo em vista as eleições de outubro. Acrescentou ainda que a EC29/00 constitucionalizou a figura do Fundo de Saúde e do Conselho de Saúde, e não somente a questão do financiamento público da saúde.

Por último, ressaltou que houve uma reunião com o Ministério Público para discutir a possibilidade de uma ação preventiva, no âmbito do Departamento da Economia da Saúde, pois o departamento tem um volume considerável de recursos e costuma emitir pareceres técnicos financeiros, envolvendo uma quantia considerável de recursos. O departamento quer um pouco de proteção, considerando que os técnicos do Ministério operam de boa fé. A idéia inicial era criar uma câmara de aconselhamento ou um fórum envolvendo outras áreas do Ministério, além do TCU, CGU e o MPU. Acrescentou que o Dr. Eloy e a Sra. Corah, técnicos da assessoria institucional do DESD, formularam uma proposta de auditoria de gestão solicitada ao CGU. O documento foi encaminhado para a Secretaria Executiva e o diretor do DESD está tentando marcar uma reunião com o DENASUS para ter uma maior visibilidade do processo.

O outro tema abordado na reunião foi acerca do estado da arte da representação do Ministério Público sugerindo que a União passasse a cumprir a EC29/00. O representante do Ministério Público, Sr. Oswaldo Silva, adiantou que o Ministério da Fazenda havia se posicionado contra a proposta, por discordar de alguns itens. A alternativa nesse caso seria o MPU entrar na justiça. Seria relevante obter os dados referentes ao ano de 2009. Por exemplo, os restos a pagar cancelados não poderiam entrar no percentual de despesas próprias com gastos com ASPS. O Sr. Elias Jorge reiterou que a nota técnica referente aos gastos com saúde da União precisa ser fechada, porém, ainda é necessário fazer alguns ajustes.

De acordo com o representante do Ministério Público, Sr. Oswaldo Silva, o secretário Luiz Carlos Barboza, presidente do DENASUS, encaminhou o Relatório das auditorias de cumprimento da EC29/00 realizadas nos estados para a Secretaria de Gestão Participativa. Depois do Carnaval, o secretário de gestão participativa ficou de enviar para as respectivas secretarias estaduais e tribunais. O Sr. Oswaldo ficou de enviá-los para o Ministério Público da União. O Sr. Elias Jorge acrescentou que houve uma reunião com o pessoal do DENASUS para discutir as discrepâncias dos dados do SIOPS e do DENASUS.

O representante do IPEA, Sr. Sergio Piola, sugeriu que a nota técnica, referente aos gastos com a União, fosse publicada o mais rápido possível. Embora ele tenha sido favorável ao adiamento da publicação, em outubro de 2009, o Sr. Piola reconheceu que seria melhor publicar o texto o quanto antes. Segundo ele, a divulgação da nota técnica deveria ser acelerada tendo em vista a relevância dos temas tratados no texto. O importante é a discussão conceitual do tema, as atualizações dos dados poderiam ser feitas no decorrer do tempo. Sugeriu, ainda, que fosse estipulado um prazo limite para a publicação.

A assessora técnica Sra. Corah Prado reiterou que a publicação foi reavaliada novamente e as retificações vêm ocorrendo frequentemente

I - Informe acerca do Relatório Eletrônico de Gestão – SARG (DEMAGS/SGEP/MS)

Com a palavra, o diretor do Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS-DEMAGS, responsável pelo Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão - SARG, André Bonifácio, discorreu acerca do relatório eletrônico de gestão. Segundo ele, a equipe vem apostando muito nesse trabalho, não só pela natureza da ferramenta eletrônica, mas, efetivamente, pela natureza da discussão, ou seja, a construção, por parte dos municípios e estados, do processo de planejamento e gestão do SUS, que tem instrumentos historicamente estabelecidos em leis (8.080/90 e 8.142/90). Porém, os municípios e estados vêm encontrando dificuldade na elaboração dos relatórios ou planos. Tendo em vista que, a cada quatro anos, ocorre mudança na gestão, o processo é cíclico. Ressaltou ainda que, ao assumir a direção do Departamento de Monitoramento e Avaliação de Gestão do SUS, criado em 2006, para compor a estrutura da Secretaria de Gestão Participativa do Ministério da Saúde, um dos problemas

enfrentados pela equipe era a invariável informação dos municípios e estados na dificuldade de desenvolver processos de monitoramento e avaliação da gestão do SUS. A equipe identificou o problema através de um estudo sobre todos os estados e municípios do Brasil que haviam aderido ao Pacto pela Saúde. Uma das responsabilidades contidas no termo de compromisso de gestão enfatiza a responsabilidade dos gestores estaduais, municipais e federais em desenvolver projetos de monitoramento e avaliação com base na identificação dos dados de saúde. Cabe ao gestor retirar as informações dos termos de compromisso de gestão. No entanto, mais de 70% dos gestores do Brasil enfrentam dificuldade em, a partir da identificação de necessidade em saúde, monitorar e avaliar a gestão. Segundo o Sr. André Bonifácio, o mais importante é saber o que é preciso fazer para mudar o quadro que se apresenta como inadequado para a gestão. A partir das evidências, o Departamento ficou com a incumbência de monitorar esse processo. Informou ainda que uma nota técnica de acompanhamento dessa evolução no processo de informação, por parte dos gestores, da aprovação do relatório anual de gestão nos respectivos conselhos (referente aos anos de 2007, 2008 e 2009) está sendo fechado. Com base nessas evidências, foi realizada uma oficina, em 2009, com os gestores, para a construção de uma ferramenta eletrônica. A dinâmica do SIOPS serviu de inspiração para o SARG e a portaria 3.176 serviu como base para a construção do relatório anual de gestão. A equipe procurou verificar porque algumas regiões do Brasil chegam a 98% com relatório de gestão aprovado enquanto outros chegam a 2% ou 7%. Depois de realizar o mapeamento, eles verificaram que em dois estados do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) o percentual era de 98%. Além disso, o Mato Grosso do Sul e o Ceará também apresentaram um percentual acima de 90%. Segundo ele, o Rio Grande do Sul disponibiliza para os municípios, há dez anos, uma ferramenta eletrônica (com base em Excel) bem simples, com foco na questão financeira. O estado também tem uma parceria com o tribunal de contas. Já o estado de Santa Catarina utilizou a base de dados da Sala de Situação em Saúde, cujo objetivo é mapear as informações de saúde forma mais abrangente, e a base de dados do pacto de saúde, extraíndo os indicadores do pacto, colocando-os dentro da Sala de Situação e adquirindo o recorte das transferências de recursos fundo a fundo. Posteriormente, o estado disponibilizou aos municípios essa ferramenta para que eles informassem o relatório. Trata-se de experiências distintas. No caso do Mato Grosso do Sul, não existe nenhuma ferramenta, a gestão anterior investiu na adesão maciça dos municípios ao pacto, além de criar um processo de cooperação técnica entre os municípios. Durante a oficina, ficou claro que a ferramenta que está sendo construída e que a integração entre as bases de dados está sendo elaborada. A ferramenta eletrônica estará disponível na internet. Serão disponibilizadas informações financeiras, epidemiológicas sobre os estados e municípios. O Sr. André Bonifácio ressaltou que grande parte desse relatório já é de conhecimento do gestor, pois muitos gestores preenchem o SIOPS. É preciso unir esforços para que a equipe gestora local tenha capacidade de traduzir aquilo que ela vem fazendo. A ferramenta não vem com caráter de obrigatoriedade, mas sim de cooperação. As informações enviadas vêm crescendo desde 2007. Porém, há uma diferença entre a quantidade informada e a qualidade das informações. O Sr. André Bonifácio enfatizou que todo município do Brasil deve ter um plano e fazer sua programação anual, inclusive o relatório de gestão é fruto desse plano. Por último, o Sr. André Bonifácio enfatizou que o preenchimento do SARG não é obrigatório. Os entes que preencherem o formulário eletrônico terão acesso às informações dos seus municípios (ademais, grande parte desse relatório já é de conhecimento do gestor). Por fim, comunicou que o lançamento do SARG está previsto para março de 2010.

Com a palavra, o representante do CONASEMS, Sr. Gilson Carvalho, acrescentou que o relatório de gestão é obrigatório, pois está na lei. Quanto ao fato de estar em papel ou meio eletrônico é uma decisão que cabe ao Ministério. Ele acredita ser importante padronizar a informação através do relatório de gestão.

II - Processo de melhoria na qualidade dos dados – SIOPS 2010 semestral

✓ Saneamento, Fundos de Saúde e Conselhos de Saúde

Com a palavra, o diretor do DESD, Sr. Elias Jorge apresentou um levantamento acerca da situação de preenchimento das informações referentes ao Saneamento, Conselhos de Saúde e Fundo Municipal de Saúde. Dos 5.540 municípios, que transmitiram os dados em 2006, apenas 22 preencheram as informações sobre saneamento; em 2007, foram apenas 23 municípios enquanto que, em 2008, foram somente 20. Outra questão levantada foi o fato de muitos municípios declararem, durante o preenchimento do SIOPS, não possuírem Fundo Municipal de Saúde – FMS. Caso essa informação fosse verdadeira, muitos deles não poderiam receber repasse fundo a fundo. A última questão era referente aos Conselhos Municipais de Saúde. Muitos municípios não estão informando os dados corretamente. É importante trabalhar a qualidade dos dados.

O representante do IPEA, Sr. Piola, achou desnecessário manter a planilha de saneamento no sistema. Atualmente, existem outras fontes para analisar os gastos com saneamento. O representante do Ministério Público da União, Dr. Oswaldo Silva também se manifestou favorável à exclusão da planilha de saneamento. Segunda a Sra. Corah Prado, o objetivo inicial era avançar na discriminação dos gastos com saúde, inclusive várias pessoas utilizam o SIOPS para analisar os gastos dos estados com saúde. Foi aprovado na Câmara Técnica a exclusão da planilha de saneamento para o SIOPS semestral 2010.

O técnico do SIOPS, Sr. César Frantz, acrescentou que, desde 2007, a equipe vem trabalhando com a questão da Execução Financeira por Blocos. Nas duas últimas oficinas do SIOPS, houve uma conversa com os núcleos estaduais de apoio ao SIOPS para poder alterar alguns itens no relatório. Os dados estão melhores. O Ministério do Planejamento está adaptando as informações dos repasses por bloco de financiamento enquadrando dentro das subfunções (portaria 42/99 MPOG).

O ex-representante do Fundo Nacional de Saúde – FNS, atual representante do Datasus, Sr. Gerbásio de Sá Barbosa Neto, informou que há milhares de municípios sem fundo de saúde, eles recebem o dinheiro direto do CNPJ da prefeitura, não existe fundo.

De acordo com o técnico do SIOPS, Sr. César Frantz, os municípios que declararem não possuir FMS deverão enviar ao SIOPS uma justificativa.

O representante do CONASEMS, Sr. Gilson Carvalho, reiterou que o FMS existe, porém, ele pode possuir o CNPJ da prefeitura.

O diretor do DESD, Sr. Elias Jorge, acrescentou que muitas vezes o contador desconhece a obrigação do Município de possuir FMS. O contador tem que saber que o ente não tem o direito de não ter fundo. Seria importante fazer um alerta em relação à questão do fundo. O diretor sugeriu que fosse estipulado um prazo de quinze dias para analisar essas duas propostas (Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde). Os membros que tiverem alguma sugestão poderão encaminhá-la, através de e-mail, para a Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do SIOPS.

III – Minuta da Nota Técnica da Análise de Balanço Estadual de 2008.

Com a palavra, o técnico do SIOPS, Sr. Anderson Borges, apresentou a minuta da Nota Técnica da Análise de Balanço Estadual de 2008. Primeiramente, alertou, aos participantes da Câmara Técnica, que a cópia da minuta estava com uma falha de impressão, porém, o erro seria corrigido na época de sua publicação. Dando prosseguimento, disse que a análise balanço dos estados, referente a 2008, foi concluída, e que 13 (treze) estados não atingiram o mínimo constitucional, segundo a análise da equipe responsável pelo SIOPS. Ressaltou que, de acordo

com os dados transmitidos ao SIOPS, apenas 4 (quatro) estados não haviam aplicado o mínimo constitucional. Ademais, em comparação ao ano de 2007, houve uma melhora no percentual aplicado em saúde. Em 2007, segundo a análise balanço, 16 (dezesesseis) estados não haviam atingido o mínimo constitucional. Os estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, em 2007, não haviam atingido o mínimo, todavia, em 2008, alcançaram o índice. Ainda salientou que, de acordo com o RREO (Relatório Resumido de execução Orçamentária), todos os estados afirmaram ter aplicado o mínimo constitucional. Sobre a análise da receita e despesa, que compõe a minuta da nota técnica, disse que houve uma tentativa de melhorar os dados ali apresentados. Ademais, tal trabalho é feito, a cada ano ou nota técnica divulgada, sempre com intuito de melhorar a qualidade da informação. Desse modo, em 2008 não se colocou somente a divergência, mas também o valor, tanto na receita quanto na despesa. Será incluído um parágrafo na nota técnica explicando a metodologia da análise de balanço sobre o ponto de vista qualitativo e quantitativo das divergências encontradas no Balanço Geral dos Estados. O diretor do DESD, Sr. Elias Jorge perguntou ao Sr. Anderson Borges se, em 2008, assim como em 2007, havia algum estado, segundo a análise balanço, com percentual superior ao declarado pelo próprio ente. O Sr. Anderson Borges afirmou que sim. Como exemplo, o Sr. Gilson Carvalho citou o estado do Paraná. O diretor do DESD, Sr. Elias Jorge, sugeriu que se faça uma planilha à parte com o montante do valor que se deixou de aplicar em Ações em Serviços Públicos em Saúde – ASPS pelos estados, como também o montante dos estados que aplicaram a mais. O Sr. Gilson Carvalho sugeriu que fosse feita uma análise dos anos de 2000 a 2009, porém o diretor do DESD, Sr. Elias Jorge, alertou que, entre 2000 e 2004, houve uma regra de progressão do percentual mínimo constitucional para aplicação em ASPS. Sendo assim, ficou definido que o ano de partida seria 2004. A Sra. Luciana elogiou a nota técnica e fez alguns questionamentos, como os gastos com saneamento básico, realizados pelos estados. O Sr. Anderson disse que os devidos gastos devem estar em consonância com a Resolução 322/03 do CNS. Além disso, ele costuma entrar em contato com o ente para esclarecer melhor os devidos gastos. Inclusive, chega a solicitar o programa de trabalho e plano o de ação do gasto, com o intuito de verificar a consonância com a Resolução 322/03 do CNS e assim considerar, para efeito de análise, o devido gasto. Como exemplo, citou o caso do Rio de Janeiro que, em 2007, colocou gasto com saneamento (Despoluição da Bahia de Guanabara), o que não condizia com a Resolução 322/ 03 do CNS.

IV - Andamento da Análise de Balanço dos Municípios-Capitais de 2008.

O Sr. Anderson Borges disse que teve início a análise de balanço das capitais dos estados, sendo que até o momento 5 (cinco) capitais foram analisadas (Goiânia, Maceió, Teresina, Cuiabá e Manaus). No entanto, há uma grande dificuldade no acesso aos Balanços Gerais dessas capitais. Ficou definido que o CONASS enviaria a minuta da nota técnica para os estados e que os mesmos teriam até o dia 22/02/2010 para questionamentos dos dados apresentados.

V - Acompanhamento do novo processo de Autenticação.

Com a palavra, a coordenadora do SIOPS, Sra. Rita de Cássia, reiterou que, em relação ao processo de autenticação, está tudo correndo bem, inclusive alguns municípios já enviaram o documento. O objetivo é desvincular da transmissão o processo de autenticação. Em breve, o ente deverá ser autenticado para que ele possa transmitir o SIOPS.

Com a palavra, o técnico do SIOPS, Sr. César Frantz ressaltou que a autenticação foi dividida em duas etapas. Inicialmente, o ente poderá transmitir os dados sem estar autenticado. Porém, a partir do semestral 2010 (que não é obrigatório), somente o ente autenticado poderá transmitir os dados do SIOPS.

Ponto de Pauta: Situação de entrega dos Estados e Municípios.

O coordenador da CT/SIOPS apresentou o ponto de pauta referente à situação de entrega dos estados e municípios. Foram apresentadas as planilhas de situação de entrega aos presentes, com destaque para a continuidade de se buscar o maior número de transmissões possíveis. Ressaltou que o problema atual é a qualidade dos dados.

Ponto de Pauta: Informes complementares.

O diretor do DESD, Sr. Elias Jorge lembrou que o comitê de Contas Nacionais é formado por diferentes representantes (IBGE, IPEA, Ministério da Saúde, ANS e outros). No último Congresso Latino Americano e Caribe de Economia da Saúde, realizado, no Chile, em janeiro de 2010, o diretor do DESD distribuiu aos representantes dos países da América Latina a última edição das Contas Nacionais. Inclusive, o Chile realiza um trabalho parecido. O Sr. Elias Jorge ressaltou que o SIOPS disponibiliza, para as contas nacionais, dados de boa qualidade. Informou ainda, que a OMS costuma a publicar informações sobre a situação da saúde em vários países. A OPAS enviou para alguma área do Ministério da Saúde uma carta solicitando alguns dados sobre financiamento. Posteriormente, a OPAS cobrou a resposta do diretor do DESD, porém, a carta não havia sido entregue ao Departamento. O prazo estipulado pela OMS foi dia 5 de fevereiro. Alguns dados foram reenviados, porém, não foi possível atualizar todos. O diretor do DESD enfatizou que o interlocutor válido nesse tópico é o Departamento de Economia da Saúde.

Encerramento.

A reunião foi dada por encerrada às 13h. Próxima reunião prevista para o dia 06 de abril de 2010 às 9 horas.